

Pagamento para juízes bate recorde. E servidores e servidoras?



No 1º trimestre de 2025, os pagamentos de retroativos a juízes e juízas bateram recordes. Enquanto isso, até agora o Supremo Tribunal Federal (STF) não apresentou nada de concreto sobre o reajuste salarial e o Plano de Cargos, Carreira e Salários (PCCS) dos servidores e servidoras. O tempo está cada vez mais curto para garantir aumento em 2026. **Por isso, foi decidido em Assembleia parar no dia 3 de julho, quinta-feira.** Quem está na ativa, em teletrabalho, aposentado: chamamos você a parar e vir para a luta. Os resultados, sejam eles quais forem, virão para todos e todas.

Em Florianópolis, haverá estrutura montada na frente do TRT-SC e da Justiça Federal. No interior do estado, nossos coordenadores em Chapecó, Criciúma, Rio do Sul e Xanxerê irão organizar a paralisação. Fora destas cidades, o Sindicato orienta que os servidores e servidoras parem conforme as possibilidades, registrem em foto as atividades e enviem para imprensa@sintrajusc.org.br

É hora de mobilização e participação de toda a categoria, com unidade entre justiças, cargos e setores, para arrancar do STF uma proposta concreta para o ano que vem!



sintrajusc.org.br



(48)3222-4668



Reajuste e carreira: mais de 530



A categoria aguarda há mais de 530 dias uma resposta concreta do Supremo Tribunal Federal (STF) à proposta de reposição salarial e reestruturação da carreira apresentada pela Fenajufe no final de 2023.

A proposta contempla a reposição das perdas salariais acumuladas, a sobreposição das tabelas e a preservação dos direitos de aposentados e aposentadas. Diferentemente das demandas da magistratura, que têm recebido tratamento prioritário, a categoria de servidores e servidoras enfrenta uma

espera injustificada.

Até agora, tivemos apenas a notícia de que o Supremo formou maioria na aprovação do anteprojeto de lei do Adicional de Qualificação (AQ).

Em reunião com a Fenajufe no dia 5 de junho, o ministro Luís Roberto Barroso disse que a previsão de implementação do AQ é em 2025 e a direção-geral confirmou a existência de dotação orçamentária. Mas a Fenajufe e os Sindicatos se mantêm vigilantes porque a confirmação mesmo tem que aparecer no contracheque.



0 dias sem resposta do Supremo

Concurso na JE e sessão sobre auxílio-saúde na JT

A Comissão de Finanças e Tributação da Câmara dos Deputados aprovou parecer do deputado Rogério Correia (PT/MG) favorável à adequação financeira e orçamentária de projeto que cria 474 cargos na Justiça Eleitoral (232 de analista e 242 de técnico, além de 75 cargos em comissão e 245 funções comissionadas). O projeto segue agora para análise da Comissão de Constituição e Justiça e de Cidadania (CCJC).

Pauta do CSJT

O processo referente ao auxílio-saúde dos servidores da Justiça do Trabalho está na pauta da sessão do Conselho Superior da Justiça do Trabalho (CSJT) de 30/06.

O Conselho quer limitar o valor per capita fixo de R\$ 546,00, sem considerar idade, condição de saúde ou a manutenção dos valores praticados por muitos TRTs. A Fenajufe e os Sindicatos já prepararam a luta e irão acompanhar a sessão.



Dia 28 de maio, ato em defesa do reajuste e da carreira foi na rampa do TRT-SC com colegas das três justiças e mobilização em mais seis municípios: Chapecó, Criciúma, Imbituba, Rio do Sul, Tubarão e Xanxerê



CONGRESSO DO SINTRAJUSC: QUAIS ASSUNTOS VOCÊ CONSIDERA PRIORITÁRIOS?

O Sintrajusc fará o seu 11º Congresso de 2 a 4 de outubro em Florianópolis e quer contar com a sua avaliação em uma rápida pesquisa que nos auxiliará a definir os principais temas. O [link](#) para responder está nesta notícia em nosso site e circulando em nossas redes sociais.

Juízes: recorde de “penduricalhos” em 2025

Os valores pagos a juízes no 1º trimestre de 2025 alcançaram patamar superior à soma dos mesmos períodos de 2023 e 2024. Mais de um bilhão de reais foi gasto pelo Judiciário com esses pagamentos à magistratura entre janeiro e março deste ano. Enquanto isso, nada de reajuste concreto para servidores e servidoras em 2026.

O levantamento foi feito pelo portal *Uol* com base em dados do Conselho Nacional de Justiça (CNJ). Ele mostra que, entre janeiro e março de 2025, o Judiciário gastou R\$ 1,08 bilhão apenas com retroativos para magistrados e magistradas. No mesmo período de 2023, esse valor foi de R\$ 320 milhões; no primeiro trimestre de 2024, R\$ 594 milhões. A “escadinha” continua descendo nos dois anos anteriores: R\$ 193 milhões em 2021 e R\$ 285 milhões em 2022. Os valores já são corrigidos pelo Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo (IPCA).

Média mensal de R\$ 72 mil por juiz

O recorde também foi batido na soma de “penduricalhos”, incluindo atuais e retroativos: foram R\$ 4,5 bilhões no primeiro trimestre de 2025, contra R\$ 3,4 bilhões (já corrigidos pelo IPCA) no mesmo período do ano passado. Ao mesmo tempo, a média do que recebeu cada juiz subiu, se aproximando do dobro do teto do funcionalismo: no 1º trimestre de 2024, a média mensal ficou em R\$ 56 mil; no 1º trimestre de 2025, saltou para R\$ 72 mil por juiz.

Retroativos da magistratura explodem no 1º trimestre

Pagamentos no 1º trimestre de cada ano (em R\$ bi corrigidos pelo IPCA)



Fonte: Painel de Remuneração dos Magistrados - CNJ/UOL

Arte: Sintrajufe/RS

Nova regulamentação limita, mas não resolve o problema

Em entrevista ao *Uol*, o advogado Felipe Angeli, ligado à ONG Justa, especializada em Orçamento do Judiciário, disse: “A impressão é que os órgãos da Justiça aceleraram a criação desses penduricalhos. Pegam uma janela de oportunidade e tentam consolidar esses pagamentos, antes que venha uma legislação mais restritiva”. Isso porque o CNJ acaba de aprovar um regramento que limita os pagamentos retroativos.

Em maio, o Conselho decidiu que novos retroativos só poderão ser pagos a partir do trânsito em julgado de decisão judicial em ação coletiva ou precedente qualificado dos tribu-

nais superiores. Assim, decisões administrativas não poderão mais autorizar esse tipo de pagamento; porém, a mudança vale apenas a partir da data de publicação. Dessa forma, retroativos que já estão sendo pagos, como os referentes às licenças compensatórias em alguns tribunais, seguirão normalmente.

A suposta moralização também apareceu em outra decisão do CNJ, de março. Na ocasião, o Conselho criou um “superteto” para o recebimento de retroativos pela magistratura, definindo pagamentos retroativos parcelados.

Por isso, 3 de julho é dia de parar por reajuste e carreira.

